

## **Lênin e o "semi-Estado": classes e luta de classes no projeto de gestão do Estado soviético**

Claudio Gurgel<sup>1</sup>

**Resumo:** O papel destacado do Estado no poder socialista sempre foi visto como transitório por Marx e Engels. O poder socialista, na verdade, se localiza na classe trabalhadora organizada e a ela deve ser destinado. As formas e o conteúdo desse novo instrumento entretanto não foram desenvolvidos pelos fundadores do marxismo, senão tratados tangencialmente no *18 Brumário de Luís Bonaparte*, na *Crítica ao programa de Gotha* e pela indicação da Comuna de Paris como uma referência. Este trabalho faz uma leitura dos esforços teóricos e práticos de Lênin, antes e depois da revolução soviética, para construir o caminho que transfere o controle do aparelho estatal aos trabalhadores, no processo que ao mesmo tempo viabilizaria a *ditadura do proletariado* e o desvanecimento do Estado, na transição revolucionária. Aqui, revisitamos os embates de Lênin com os anarquistas, para quem a supressão do Estado deveria ser súbita, e os revisionistas, para quem o Estado deveria ser assumido e usado, sem ser destruído em suas bases conservadoras. Apresentamos um Lênin diante do enorme desafio de impelir os trabalhadores a se reconhecerem e se fazerem capazes de controlar e administrar um aparelho que sempre lhes foi distante, quando não hostil.

**Palavras-chave:** Lênin; Soviets; Estado

### **Lenin and the "semi-state": classes and class struggle in the management project of the Soviet state**

**Abstract:** The prominent role of the state in socialist power has always been seen as transitory by Marx and Engels. Socialist power, in fact, is located in the organized working class and it must be destined to it. The forms and content of this new instrument, however, were not developed by the founders of Marxism, but were dealt with tangentially in the 18 Brumaire of Louis Bonaparte, in the Critique of the Gotha program and by the indication of the Paris Commune as a reference. This paper gives a reading of Lenin's theoretical and practical efforts, before and after the Soviet revolution, to build the path that transfers control of the state apparatus to the workers, in the process that would at the same time enable the dictatorship of the proletariat and the fading of the state , In the revolutionary transition. Here we revisit Lenin's struggles with the anarchists, for whom the suppression of the state should be sudden, and the revisionists, for whom the state should be assumed and used, without being destroyed in its conservative bases. We present a Lenin in the face of the enormous challenge of urging workers to recognize themselves and to be able to control and administer an apparatus that has always been distant to them, if not hostile.

**Keywords:** Lenin; Soviets; State

---

<sup>1</sup> Claudio Gurgel é economista, mestre em administração pública, mestre em ciência política, doutor em educação e professor da Faculdade de Administração da Universidade Federal Fluminense, UFF.

## Introdução

Talvez, dentre os grandes formuladores marxistas, seja Lênin aquele que teve a mais concreta relação com a burocracia e que, em contrapartida, por concepção e por necessidade, pensou sua contraface.

Pela convicção de que sem teoria revolucionária não há prática revolucionária, às vésperas da insurreição que levaria os bolcheviques ao poder, em 1917, ele se dedicou a organizar suas reflexões, essencialmente para demarcar com nitidez o que o Estado significa nas mãos da burguesia e o que deveria significar nas mãos do proletariado. *O Estado e a revolução* (1980), livro que reuniu essas reflexões, foi escrito entre agosto e setembro de 1917 e interrompido nos dez dias que abalaram o mundo, para lembrar a obra encantadora de John Reed (2010), os tumultuados e exuberantes fatos que ocuparam o Smolny e as ruas de Petrogrado. Em *O Estado e a Revolução*, ele se oferece e oferece aos seus camaradas um guia de ação, que será também uma de nossas referências nesse refazer do debate sobre o comportamento e as relações da máquina *pública* e seus operadores com os revolucionários, os trabalhadores e a classe dominante, antes, durante e depois do poder socialista. Mas a questão do aparelho estatal ocupou Lênin até seus anos finais de vida. Por isto, também recorreremos para o nosso debate a um conjunto de textos, alguns escritos antes da tomada do poder e vários *a posteriori*, reunidos nas Obras Completas de Lênin e publicados pelo Editorial Progreso, sob o significativo título de *Acerca de la incorporación de las masas a la administración del Estado* (1978).

Todos esses escritos foram motivados pela aguda necessidade da revolução. Impunham-se fortemente razões práticas que diziam respeito às ilusões de classe, a que não escapavam seus camaradas. Em parte eram ilusões adquiridas pelo senso comum (ideologia) que descreve o Estado como um ente público, a serviço do bem-estar geral; em outra parte, ilusões estimuladas por teóricos que no campo do marxismo faziam a revisão das perspectivas revolucionárias de Marx e Engels.

No trato desse tema – Lênin, a burocracia e sua contraproposta - precisamos de um roteiro ou pelo menos de um eixo fundamental e esse eixo não pode ser outro senão o próprio Estado.

Como um grande estudioso e teórico, Lênin trabalhou com os clássicos do marxismo, seja para postular suas teses, no caso de Marx e Engels, seja para questioná-los, como são exemplos suas críticas a Kaustky e Plekhanov. Para definir o Estado, ele recorrerá a Marx e Engels, portanto. É com Engels, partindo da *Origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1978), que ele vai enfrentar inicialmente as preocupações teóricas e práticas referidas acima (ilusões geradas pelo senso comum e outras estimuladas no campo do próprio marxismo). Para isto, é a partir de Engels que Lênin vai destacar um aspecto fundamental e 5 aspectos decorrentes, em nossa particular leitura e compreensão.

O aspecto fundamental é aquele que diz respeito ao surgimento do Estado. Em outras palavras, a identificação histórica do porque o Estado foi criado. A exposição fundadora da teoria do Estado marxista – hoje ampliada com as contribuições principalmente do próprio Lênin, de Gramsci, Althusser, Poulantzas e Mészáros – é aquela em que Engels vai dizer que o Estado é produto da divisão de classes e o seu sentido, sua razão de ser é “conter, nos limites da ordem” os “antagonismos inconciliáveis” em que a sociedade se dividiu (Engels, 1978, p. 191). Conter nos limites da “ordem” os antagonismos inconciliáveis não é fazer a justiça cegamente, dando razão aos que merecem.

Como o Estado nasceu da necessidade de refrear os antagonismos de classes, resulta em princípio que, no próprio conflito, o Estado é sempre o estado da classe mais poderosa e que, de classe economicamente dominante, se torna, também graças a ele, na classe politicamente dominante (Ibid., p. 193).

Isto que o pensador alemão escreveu no final do século XIX, confirmava o que já havia dito sinteticamente quando, com seu companheiro Marx, no meado do mesmo século, afirmou que “o Estado é o comitê político dos interesses comuns da classe dominante” (Marx e Engels, 1982, p. 23).

Cinco aspectos decorrentes dessa condição histórica devem ser destacados, porque eles ocuparão Lênin em seu esforço teórico e político que nos interessa:

1. A ideologia do Estado como poder público
2. Os meios de opressão
3. Os agentes do Estado

4. A dialética do Estado necessário que precisa *desvanecer*

5. A desconstrução do Estado como parte do projeto socialista

1. A ideologia do Estado como poder público

O Estado é descrito pelos clássicos da política, em particular os contratualistas, como um instrumento que se coloca acima da sociedade, propositadamente criado por ela, em face dos “degenerados” infelizmente existentes (Locke) ou do potencial beligerante que habita entre os homens (Hobbes). Mas para aqueles autores, principalmente Hobbes (1979), trata-se de um conflito entre os homens, os homens em geral, impulsionados por suas paixões e interesses. “Farão guerra uns aos outros, por causa de seus interesses particulares”, diz Hobbes em sua interpretação ideológica dos fatos (HOBBS, 1979, p. 104). Esses interesses passavam evidentemente pela posse de bens e relevantemente pela propriedade dos bens naturais que Deus, segundo sua hipótese, havia disponibilizado para todos os homens. Na verdade, a contradição instalada é que os bens disponibilizados para todos os homens foram cercados por alguns homens. Eram essas terras cercadas e declaradas como propriedade de alguns homens, em detrimento de outros homens, que os poderiam levar à guerra de todos contra todos e - na projeção das nações, no mesmo espelho – promover a guerra entre os países.

O Estado é por isto colocado acima da sociedade (dotado de meios de intervenção), como um ser especial, ainda que criado pelos próprios homens. Hobbes, para melhor ilustrar sua interpretação e ao mesmo tempo materializar sua construção ideológica, vai dizer que a personificação desse instrumento impessoal é uma *persona* ou *homem artificial* (Hobbes, 1979, p. 96). Tal como Deus, criatura criadora, o *homem artificial* está acima de todos os homens e só por isto podia intervir para fazer justiça, manter a todos “nos limites da ordem” - a ordem da classe dominante, aquela que o Estado garantia e podia fazê-lo, com sua *imparcialidade*. Mas, a justiça consistia em, como disse Engels, fazer valer e proteger o segundo bem mais importante dos homens, no dizer de Locke – a propriedade (1979). Um bem que ao lado da liberdade compunha os dois valores a serem preservados pela *civitas*, o Estado, na tradução de Hobbes, ou

pela comunidade, na versão de Locke – em ambas um poder superior e diferenciado que servia a todos, contratado por todos, para garantir a todos a sobrevivência na ordem.

Essa construção filosófica ou o seu senso comum se tornou uma das mais fortes ideologias da sociedade moderna. Ela se repete nos manuais de direito administrativo e na literatura corrente sobre o Estado e sua relação com a sociedade, pelos tempos até os nossos dias. Autores no campo da ciência política, sociologia, direito, economia e administração criam, para si e para os outros, a concepção de um Estado acima da sociedade e capaz de proporcionar a justiça e a correção das desigualdades e das assimetrias. As chamadas políticas sociais (e as econômicas), além do direito, são apresentadas como o caminho para a correção dos erros ou daquilo que os propagandistas chamam de *falhas de mercado*.

Como destacou Lênin,

os ideólogos burgueses e, sobretudo, pequeno-burgueses, obrigados pela pressão dos fatos históricos incontestáveis a reconhecer que o Estado não existe senão onde existem contradições de classes e a luta de classes, ‘corrigem Marx’ de maneira que o Estado aparece como um órgão de conciliação de classes [...] Para os professores e publicistas pequeno-burgueses e filisteus – que citam abundante e condescendentemente Marx – o Estado tem por papel, exatamente, a conciliação de classes (Lênin, 1980, p. 6).

À época em que esses fatos aconteciam e em que o líder bolchevique tinha que enfrentar adversários czaristas e adversários em seu próprio campo revolucionário, o Estado já se encontrava desenvolvido, preenchendo sua função gendarme e sua função social, além daquilo a que Hilferding (1985) chamaria de *capitalismo organizado*.

Portanto, para usar as expressões de Gramsci, o Estado já combinava o *obrigacionarismo* repressivo, a *gendarmeria*, com a *revolução passiva* das políticas sociais e o *intervencionismo* econômico (Gramsci, 1968). Esses dois últimos papéis, ainda incipientes, diante do que viria décadas depois com o keynesianismo e o Estado de Bem-Estar Social, porém o suficiente para animar a ideologia do Estado como instrumento do bem comum.

Se o *obrigacionarismo* e a repressão policial contra os trabalhadores e segmentos sociais discriminados dispensam explicações para um Estado descrito por Marx e Engels como um *poder político* a serviço dos interesses da classe dominante, a

revolução passiva e a intervencionismo, como “políticas corretivas” social e economicamente, são, ao contrário, aparentemente dignas de uma *civitas*, de um *homem artificial*, sensível às necessidades de todos. É o agravamento das contradições, que se vão aprofundando no desenvolvimento do capitalismo, que explica o comportamento aparentemente em busca da justiça e da racionalidade social e econômica desse Estado moderno que Lênin conheceu mais apurado, no exílio francês. Ao ver o quanto o capitalismo passou a encontrar oposição no século XIX, quando as ilusões remanescentes da revolução francesa se desfizeram diante do Hotel de Ville, em 1848, podemos entender as políticas sociais iniciadas por Bismarck e Disraeli. Somente ao ver as crises econômicas que se sucederam desde 1826, para tomar a periodização de Kondratiev (1979), e os comentários sobre elas feitos pelo próprio Marx, a partir de 1857, quando os Grundrisse já estão rascunhados e O Capital se iniciando, pode-se compatibilizar esse Estado moderno *sensível* aos problemas sociais, aos desequilíbrios econômico e *falhas de mercado*, com a perfeita e inabalável caracterização de Engels e Marx – “o comitê político da classe dominante” - que Lênin defende diante dos social-revolucionários, dos mencheviques e de Kautsky (Lênin, 1980). A acentuação das lutas de classe, o surgimento de uma teoria revolucionária consistente, o marxismo, a organização internacional dos trabalhadores em sua associação, a emergência e consolidação dos partidos do trabalho, as crises econômicas periódicas vão exigindo políticas e intervenções cada vez mais complexas, que incluem melhorias e concessões aparentemente de lado a lado. É essa aparência de universalidade que Hegel tomou como a essência do Estado, olhando apenas a revolução francesa, e que levou Marx a observar que “a forma que o assunto universal assume em um Estado que não seja o Estado do assunto universal pode ser, apenas, (...) uma *forma aparente*, que se mostrará como uma tal aparência” (MARX, 2010, p.82).

Nesse sentido, a burocracia é seguramente uma metonímia do Estado e mais precisamente do Estado moderno. Ela é a parte que representa o todo, ao se apresentar como um sistema igualmente acima das contradições e diferenças, legitimado pela lei, impessoal, moral e meritocrático. Nessas características, é preciso fazer a indagação sobre em que condições são produzidas as leis que regem a impessoalidade, com que referências sociais se construiu e se constrói a moral vigente e como se dá a aquisição (em alguns casos, quanto custa, qual o preço) do mérito. Ao responder a essas questões podemos perceber que é a burocracia o conceito que melhor expressa a ideologia, ilusão

e alusão ao real, do Estado como a racionalidade funcional e substantiva, instrumental e ética. Na burocracia - parte e particularidade do Estado moderno - se encontram os traços do todo, o Estado, com sua aparência superior e universal.

“Todos os socialistas-revolucionários e todos os mencheviques”, diz Lênin, “caíram, imediata e completamente, na teoria pequeno-burguesa da ‘conciliação’ das classes pelo Estado” (Lênin, *ibid.*). “Caíram”, escreveu o líder bolchevique, referindo-se a uma armadilha, algo em que se cai e se deixa aprisionar. Algo cujas lições históricas, da própria revolução soviética, principalmente pós-Lênin, até o Partido dos Trabalhadores, no Brasil contemporâneo, não conseguiram ser suficientes para convencer, ou melhor, para fazer vencer a compreensão de “que o Estado seja o órgão de dominação de uma classe que não pode conciliar-se com a sua antípoda (a classe adversa)” (Lênin, *ibid.*, p. 7). Não se trata de um poder público, mas do poder de um público, o público constituído pela classe dominante. Um poder político que em certos momentos parece ser de todos os públicos, realizando concessões ou amenizando a ira dos oprimidos, que rompem as margens do rio que os oprimem ou ameaçam rompê-las, para usar a imagem poética de Bertold Brecht. Um poder político de classe que se apresenta como acima dos antagonismos das classes para melhor servir ao projeto da classe dominante. Sim, não é um processo nem natural nem linear. Nele há contradições, há lutas, há forças pouco controláveis e há estratégias. Combinando, a partir de Žižek (1996), o que disse Marx, em *O Capital* – “disso eles não sabem, mas o fazem” - com o que disse Sloterdijk, em *Crítica da razão cínica* – “eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas mesmo assim o fazem” – podemos dizer que eles, os operadores do Estado, às vezes não sabem, mas o fazem, e algumas vezes fazem por que sabem. Essa complexidade do Estado jamais foi ignorada. O que nos traz Lênin é a rejeição à ingenuidade ou oportunismo; condescendência ou vacilação ante a ideologia do Estado como poder público.

## 2. Os meios de opressão

A sociedade dividida em classes está dividida por que essas classes se opõem. Sua divisão não é uma forma de organização, mas uma forma de relação entre homens que constituem classes exatamente pela desigualdade em que se encontra uma classe em relação a outra, proprietários exploradores e despossuídos explorados. Tal como senhores x escravos, senhores x servos, burgueses e proletários.

Mas essa divisão não se poderia manter por muito tempo, sequer ocorreria, uma vez permanecesse o povo em armas. Em todos os lugares os despossuídos explorados são várias vezes em maior número que os proprietários exploradores. Uma massa de escravos, que chegou a meio milhão na antiga Atenas esteve submetida a menos que mil homens livres. Na atualidade, são milhões de pessoas que vivem em condições de pobreza e sob a exploração de um número mínimo de pessoas, que a cada dia se torna um número cada vez menor. A estrutura da distribuição de renda e da riqueza mundial dá bem a ideia dessa desproporção colossal entre as classes sociais. Em recente pesquisa divulgada pelo Credit Suisse ficamos sabendo que a concentração de renda e riqueza aumentou de 2008 a 2014. Divulgada na abertura do encontro anual da elite econômica global em Davos, em 1914, na Suíça, a pesquisa “Trabalhando para Poucos”, da ONG inglesa Oxfam informa que sete em cada dez indivíduos vivem em países onde a desigualdade avançou nas últimas três décadas. Semelhante pesquisa do Credit Suisse, no ano anterior, publicado no Informe sobre Riqueza Global 2015, relata que a concentração aumentou de 2008 a 2014 e que 0,7% da população detém 45,2% da riqueza mundial, enquanto 71% dispõem de apenas 3% (Credit Suisse, 2015).

As antigas condições em que os clãs e as tribos se mantinham, com seus habitantes controlando os armamentos disponíveis, é absolutamente impraticável com essa desproporção entre explorados e exploradores. Ao contrário, é preciso desarmar a população e constituir uma força destacada da sociedade, devida e diferentemente armada, com armas privativas do Estado, para que as desigualdades possam ser mantidas. Esta é uma situação típica das sociedades dominadas pela divisão de classes e em que o Estado tem a primordial – não a aparente – função de evitar hobbesianamente que os homens, leia-se uma classe, façam a guerra contra outros homens, leia-se a classe dominante.

Lênin, de modo irônico, diz que ao se referir a essa força armada tem “o direito de falar em destacamentos de homens armados, porque o poder público próprio a cada Estado ‘já não corresponde diretamente’ à população armada, isto é, à sua organização espontânea em armas” (Lênin, *ibid.*). Ao contrário, destaca-se, afasta-se, da população, em particular da população despossuída, que é tratada como classe perigosa (Morel, 2008). É essa classe perigosa que precisa ser ameaçada e contida pelas armas que o Estado disponibiliza para uma tropa especialmente tratada e instruída para olhar os seus semelhantes como diferentes. Muitas vezes estarão ameaçando, reprimindo e matando



peças da mesma extração social, que compartilham dos mesmos problemas de pobreza e discriminação, mas para quem o burocrata em armas se transforma em estranho.

Esta burocracia repressiva se assume como um instrumento de defesa da ordem e do cumprimento da lei. Mas, concretamente, nos centros urbanos mais desenvolvidos, onde a geografia da desigualdade é mais nítida espacialmente falando, verifica-se uma planejada distribuição desses destacamentos que corresponde ao seu verdadeiro sentido. Eles se concentram nas regiões mais ricas, deixando os bairros pobres entregues a um mundo paralelo, de leis paralelas, de ordem paralela e de repressão paralela. Essa geografia da desigualdade, que assim se verifica na distribuição do policiamento urbano, testemunha o sentido mais profundo das forças policiais armadas, qual seja o de proteger os bens e os homens que constituem o poder econômico/político dominante.

Agregam-se a essas forças policiais um aparato organizacional, onde se encontram as prisões e toda a estrutura judicial, que também são caracterizadas como instituições destinadas a cumprir com um papel universal, garantir a lei e a ordem, assegurar a paz social. As prisões se oferecem como instrumentos punitivos e corretivos para os maus, os degenerados, como dizia Locke, e as cortes judiciais como espaços e agentes de aplicação da lei e distribuição da justiça. Sua ação atinge os que roubam, matam e transgridem a lei por variados motivos. Desde aquele motivo torpe que não encontra defesa nos sentimentos humanos mais generosos até o seu oposto, a transgressão pelos motivos mais nobres e honrados. Essencialmente são aparelhos repressivos usados seletivamente, para punir também os que pela força da necessidade ou pelo inconformismo não permanecem “nos limites da ordem”. Assim estão dentre outros os que ocupam terras ociosas, porque as querem para morar e produzir, os que protestam contra as violências do poder econômico e/ou político, nas greves e manifestações públicas, os que recorrem ao furto de alimentos e de vestuários, porque têm fome e não tem dinheiro, devido às inúmeras vicissitudes da vida. São as vítimas da criminalização de suas rebeldias, de variadas formas.

Tal qual o seu continente, o Estado, esses conteúdos institucionais se colocam diante da sociedade como se estivessem acima dela e com os olhos vendados. Simbolizam um comportamento que na teoria burocrática é impessoal, moral e meritocrático. Mas na verdade se trata de uma burocracia, superestrutural, assentada

como toda a superestrutura sobre a estrutura produtiva, de onde emana o poder da classe dominante. A exemplo de todo o Estado, como parte de uma totalidade, o judiciário tem sua essência de classe e sua aparência de instância acima das classes.

Estas representações ideológicas dos aparelhos repressivos, que confundem aparência e essência, também se demonstram na política externa das nações imperialistas, cujas guerras de conquista são apresentadas aos seus povos como “defesa nacional”, “defesa da república” ou “combate ao terrorismo”. São guerras intraburguesas, para o que o envolvimento das grandes massas, sob esses títulos dignos e heróicos, se destina a obter o seu apoio, sacrifício e doação, além de imprimir aos interesses de classe o falso rótulo de interesses nacionais.

Em suas palavras, tratando das guerras europeias e em particular do conflito de 1914 a 1917, “depois dessa rivalidade ter centuplicado e gerado a guerra imperialista, disfarçam a defesa dos interesses espoliadores da ‘sua’ burguesia com frases sobre a ‘defesa nacional’, a ‘defesa da República e da Revolução’, etc” (Lênin, *ibid.*, p. 9).

### 3. Os agentes do Estado

Mais uma vez recorrendo a Engels, Lênin destaca os agentes do Estado, os funcionários, que a exemplo de toda a máquina burocrática se colocam acima da sociedade: “os funcionários considerados como órgãos da sociedade se colocam acima dela” (Engels, 1978, 193). Nas palavras de Lênin, “uma burocracia praticamente inamovível, privilegiada e situada acima do povo” (Lênin, 1978, p. 7). Mas eles precisam de leis para exercerem o poder que no clã se tornavam desnecessárias. Tal qual se faz imprescindível o destacamento armado para garantir a desigualdade, necessita-se de um ordenamento jurídico que dê aos funcionários do Estado o papel de cobrar e recolher impostos, distribuir direitos, aplicar a lei, emitir ordens. Imprescindível porque “o chefe militar de um país civilizado só pode invejar o mais velho do clã pelo ‘respeito voluntário’ que o cercava na sociedade patriarcal” (Lênin, 1980, p. 9). É desta perda de autoridade legítima, genuína, que emerge a autoridade legal, imposta pela lei e protegida pelas armas.

Por isto, Lênin vai equiparar o corpo de funcionários do Estado às forças policiais e ao exército permanente: “se entende como aparato do Estado, antes de tudo o exército permanente, a polícia e os funcionários” (Lênin, 1978, p. 41). Ele afirma que

as duas instituições mais típicas dessa máquina governamental são a burocracia e o exército permanente [...] a burocracia e o exército permanente são parasitas da sociedade burguesa, parasitas engendrados pelos antagonismos internos que fracionam essa sociedade, parasitas que sufocam todos os poros vitais (Lênin, 1980, p. 21)

Na descrição que faz da burocracia estatal burguesa, não por mera força de expressão, ele vai tratar esse corpo burocrático como “um exército gigantesco de funcionários” (Lênin, 1978, p. 35). Em sua avaliação, esse exército de funcionários “está impregnado até a medula de espírito antidemocrático” (Ibid.), porque, como disse em *O Estado e a revolução*, há uma “situação privilegiada dos funcionários como órgãos do poder do Estado”(Lênin, 1980, p. 9). Esse espírito antidemocrático significa a assimilação de sua própria condição privilegiada, em que “fazem-se leis sobre a ‘santidade’ e ‘inviolabilidade’ dos funcionários” (Ibid.). Mais uma vez, tal qual sua totalidade, o Estado, a parte, a burocracia civil, se coloca acima da sociedade. Essa parte do aparato, em contato direto com o povo, se coloca acima dele. Nas palavras de Engels, “investidos do poder público e do direito de cobrança de impostos, os funcionários [...] são colocados acima da sociedade” (Engels, 1978, p. 193). É uma contradição consolidada e naturalizada que o poder público seja antípoda ao público, não se considere público, em flagrante revelação do seu caráter parcial, a serviço de um dado público, de uma dada classe.

Continuando em sua descrição da burocracia civil, o “exército de funcionários”, Lênin vai dizer que “este exército está rodeado de uma atmosfera de relações burguesas e só respira esse ar; se encontra congelado, calejado e enquistado; necessita de forças para escapar a essa atmosfera; só pode pensar, sentir e realizar ao modo antigo”(Lênin, 1978, p. 35). Trata-se de uma formação adquirida, uma preparação que não se limita às habilidades, mas também a condicionamentos profundamente ideológicos. A formação que desde a mais tenra idade, como disse Althusser, vem sendo inculcada nos que se formam nos bancos das escolas, nos livros e sob os intelectuais reprodutivos da sociedade dominada - eles mesmos dominados. A essa formação escolar soma-se a posição no espectro econômico e social, que lhes deu meios para obter o “mérito” da nomeação, a constante respiração de um ambiente de submissão ao poder, a permanente absorção das ideias, “informações” e “conhecimentos” produzidos e difundidos pelos meios de comunicação controlados pela classe dominante e a compreensão evidente de

que seus privilégios e possibilidades de ascensão estão atrelados ao comportamento servil com que se colocam nos seus cargos. Como ainda disse Lênin, “este exército está ligado por relações de respeito à hierarquia, por determinados privilégios dos empregos públicos”(Ibid.).

Este corpo de funcionários, mais fundamentalmente, “está ligado por milhares e milhões de fios aos latifundiários e à burguesia, dependendo de ambos em todas as formas imagináveis” (Lênin, 1978, *ibid.*). Este *destacamento* civil se formou pelas indicações feitas, pelo loteamento dos cargos públicos, controlados pelos atores reais, protagonistas, da classe dominante. Seu papel é reproduzir os interesses dos seus verdadeiros chefes, que se encontram frequentemente à frente das suas empresas e suas fazendas. Como se diz da burocracia privada, que segundo Weber representa um estágio avançado da sociedade, em que ocorre a separação entre a propriedade e a gestão (Weber, 2009), em que os administradores cumprem as tarefas antes acumuladas pelos proprietários; em que se constrói um saber especial sobre os meandros da produção e da circulação, ali, no Estado, se vive a mesma situação. A propriedade do Estado, realmente efetivada pela classe dominante, está separada da gestão, que é executada pelos funcionários, cujos cargos e autoridade derivam dos reais proprietários. Com outras palavras, diz Lênin desta burocracia civil, que ela se deixa subordinar por completo, “mediante as ações e os bancos, ao capital financeiro e vem a ser, em certa medida, seus agentes, os veículos de seus interesses e de sua influência” (Lênin, 1978, *Ibid.*). “Milhares e milhões de fios” movem as marionetes em se falando do essencial e determinante desse aparato constituído pelos funcionários públicos. Lênin não ignorava nem subestimava os interstícios das contradições que podem pontual e/ou ocasionalmente produzir contrariedades para o capital e concessões à classe trabalhadora. Sim, ele sabia disto. Não cita Engels à toa, quando o pensador alemão vai dizer que “no entanto, há períodos excepcionais em que as classes em luta atingem tal equilíbrio de forças que o poder público adquire momentaneamente certa independência” (Engels, apud Lênin, 1980, p.10). Ele também compreendia assim a dialética do Estado e o vivenciou nos meses finais do ano de 1917, quando o Estado sob Kerenski não mais podia cumprir seu papel como instrumento do capital. Mas o que se colocava nesse debate era, como ainda se coloca, o essencial do Estado, não o seu excepcional. O excepcional pode se apresentar se a classe trabalhadora compreender

que o essencial lhe é adverso e que por isto o Estado burguês precisa ser combatido, sem ilusões. Lênin, mais uma vez, é acima de tudo um desconstrutor de ilusões.

Ele também não ignorava nem desdenhava dos que, mesmo no aparelho público, têm solidariedade com as classes dominadas ou se posicionam em seu campo. Não fora isto, jamais se dirigiria aos soldados e marinheiros concitando-os a se rebelarem contra seus chefes e aderirem à revolução, como de fato ocorreu, em outubro de 1917, com os militares do encouraçado Potemkin, imortalizados pela obra inesquecível de Eisenstein.

Além disto, como um desconstrutor de ilusões, à esquerda e à direita, Lênin, a despeito do seu indisfarçado desprezo pela burocracia, não se deixou envolver pelas interpretações que fazem dos burocratas os donos do poder e atribuem a eles autonomamente o que eles fazem e desfazem. O dirigente bolchevique denuncia que “a troca de ministros tem muito pouca importância, pois o trabalho administrativo real se encontra em mãos de um exército gigantesco de funcionários” (Lênin, 1978, p. 35). Mas para ele, esse aparato que cuida das finanças, que controla as informações, que formula e comanda as políticas públicas, que promove isenções fiscais e créditos subsidiados, que elabora as leis nos gabinetes frequentados pelos lobbys e pelos corruptores, não fazem isto por moto próprio, com conteúdos próprios, com ideias próprias, mas se põem a serviço de motivações, conteúdos e ideias dos donos do capital. Eles são demandados pela classe dominante e se colocam - com os seus conhecimentos sobre os meandros do Estado, as sutilezas do direito, as técnicas de gestão e as projeções econômicas - como “seus agentes, os veículos de seus interesses e de sua influência”, conforme lemos em passagem já citada. O mesmo que já dissera antes, ao se referir à burocracia como “um poder ilimitado dos funcionários, de fato inamovíveis e que pertencem a classe dos proprietários de terra ou dos capitalistas” (Lênin, 1978, p. 12).

#### 4. A dialética do Estado necessário que precisa *desvanecer*

O debate sobre o Estado avança na direção de um ponto crucial, seja no plano prático, seja no plano teórico. A questão de como trata-lo, como conduzir e como se relacionar com o Estado na perspectiva revolucionária está colocada nesses planos. No plano prático era uma questão crucial, porque ali se apresentava um momento decisivo, em que uma tática equivocada poderia levar a escapar do controle o enorme esforço revolucionário de tomar o poder. Concretamente, a revolução de outubro se encontrava sob a pressão das forças remanescentes do poder conservador, que continuaram a lutar

nas cercanias de Petrogrado e Moscou, e das forças militares alemãs que batiam às portas da Rússia, com seu exército. Crucial também no plano teórico, porque figuras notáveis do movimento socialista internacional se colocavam sobre a questão do Estado de um modo distinto daquele que conduzia Lênin em sua intervenção teórico-prática, como vimos.<sup>2</sup>

Certamente que um pensador para quem a situação concreta deveria informar a abstração teórica, e não o contrário, iria procurar nas experiências revolucionárias as suas melhores referências. Nisto, naturalmente haveria de se louvar no que seus guias de ação, Marx e Engels, diziam das revoluções anteriores.

Recorrendo a Marx, no *18 brumário de Luís Bonaparte*, Lênin destaca o trecho em que o revolucionário alemão analisa a insurreição de 1848, no particular dessa questão crucial da relação com o Estado burguês, após a tomada do poder. Diz Marx, citado por Lênin: “Todos os levantes aperfeiçoaram essa máquina, em vez de a despedaçarem. Os partidos que, cada qual por seu turno, lutavam pela supremacia, viam no ato de posse desse enorme edifício o espólio principal do vencedor” (Lênin, 1980, p. 20).

A partir dessa afirmação, Lênin vai expor seu pensamento central acerca da relação que os revolucionários russos devem ter com o Estado a ser conquistado dali a um mês:

Neste notável raciocínio, o marxismo realiza um progresso considerável em relação ao Manifesto Comunista. A questão do Estado era ainda posta, no Manifesto, de uma forma muito abstrata, nos termos e expressões mais gerais. Aqui, a questão põe-se concretamente e a dedução é inteiramente precisa, bem definida, praticamente tangível: todas as revoluções anteriores não fizeram senão aperfeiçoar a máquina governamental, quando o necessário é quebra-la, esmaga-la. (Lenin, 1980, Ibid.).

---

<sup>2</sup> Em várias passagens de *O Estado e a Revolução*, Lênin se refere criticamente a Kaustky e as suas interpretações de Marx em relação ao Estado. Em uma delas, tratando da destruição do Estado, ele revela a preocupação com esse aspecto da notabilidade do socialista alemão, ao dizer que “é precisamente este ponto essencial que foi não só esquecido pelos partidos social-democratas oficiais dominantes, mas também fortemente distorcido (como veremos adiante) pelo mais eminente teórico da II Internacional, Karl Kaustky” (Lênin, 1980, p. 20)

Enfatizando, na sequência, com evidentes fins práticos, ele chega a dizer que “esta conclusão constitui o próprio fundo, o essencial da doutrina marxista sobre o Estado” (Ibid.). Explicando: “a ideia de Marx é que a classe operária deve quebrar, destruir a máquina estatal, não se limitando a assenhorear-se dela” (Ibid. p. 28). Reafirmando, ele diz: “essas palavras – quebrar a máquina burocrática e militar do Estado – condensam a grande lição do marxismo sobre a tarefa do proletariado relativa ao Estado, durante a revolução” (Ibid.).

O aparelho do Estado precisa ser destruído por iniciativa revolucionária. Por isto, em seu entender quando Engels se refere ao “desvanecimento” do Estado, não se refere ao Estado burguês, mas ao Estado proletário. Esse pode e deve desvanecer com o desenvolvimento revolucionário. O Estado burguês, ao contrário, precisa ser destruído, esmagado, pela revolução. Por isto mesmo, essa é uma tarefa da revolução e em particular da revolução violenta, *sine qua non*.

Vejamos como ele desenvolve sua crítica à interpretação de que o desvanecimento do Estado burguês se daria de modo gradual:

Sem receio de erro, pode-se dizer que, de todo esse raciocínio de Engels, de uma notável riqueza de pensamento, só resta, nos paridos socialistas de hoje, como verdadeira aquisição do pensamento socialista, a tese de que o Estado, segundo Marx, “desvanece”, contrariamente à doutrina anarquista da “abolição” do Estado. Amputar assim o marxismo é reduzi-lo ao oportunismo, pois que, depois de uma tal “interpretação” não fica senão a concepção de uma transformação lenta, equilibrada, progressiva, sem sobressalto nem tempestade, sem revolução” (Lênin, 1980, p. 13).

Três páginas adiante ele fechará a sua tese de modo absolutamente claro: “a substituição do Estado burguês pelo Estado proletário não é possível sem revolução violenta. A eliminação do Estado proletário, isto é, a eliminação de todo e qualquer Estado só é possível pelo ‘desvanecimento’ (Ibid., p. 16). São portanto duas situações distintas; uma que exige a ação revolucionária de eliminação o mais rápido possível, outra que desenvolve a eliminação progressivamente.

Nesta passagem estão implícitos dois embates teóricos, que se desdobram a partir da dialética aí contida, que consiste, sumariamente falando, em *esmagar* o Estado burguês, mas não aboli-lo, como queriam os anarquistas; não abolir o Estado, mas não tomar o Estado burguês como o instrumento adequado, ainda que o pudesse aperfeiçoar, como supunham os mencheviques. É neste sentido que ele vai falar em “substituição do Estado burguês pelo Estado

proletário”.<sup>3</sup> Uma substituição daquele Estado, não a abolição do Estado, isto é, sua supressão imediata, a supressão do aparelho centralizado e ditatorial; nem o aperfeiçoamento, ou seja, o aproveitamento de sua estrutura com reformas.

Sua explicação para a necessidade de substituir e não abolir o Estado tem referências práticas nas revoluções anteriores e na convicção de que a luta de classes que se trava é uma luta mais que econômica, é uma luta política. Por isto ele vai dizer que

A doutrina da luta de classes, aplicada por Marx ao Estado e à revolução socialista, conduz fatalmente a reconhecer a supremacia política, a ditadura do proletariado, é isto é, um poder proletário exercido sem partilha e apoiado diretamente na força das massas em armas. [...] O proletariado precisa do poder político, da organização centralizada da força, da organização da violência, para reprimir a resistência dos exploradores e dirigir a massa enorme da população – os camponeses, a pequena burguesia, os semi-proletários – na edificação da economia socialista (Lênin, *ibid.*, p. 19).

Mas, que fique claro, substituir o Estado burguês pelo Estado proletário, mais uma vez Lênin vai dizer, não é aperfeiçoar o Estado burguês. Em suas palavras, refaz-se a afirmação, agora sob a forma de uma questão:

se o proletariado precisa do Estado enquanto força especial de repressão contra a burguesia, então uma questão impõe-se: uma tal organização é realizável sem o prévio aniquilamento, a prévia destruição da máquina governamental que a burguesia criou para o seu próprio uso?

A resposta a essa questão já é conhecida e foi dada pela análise de Marx sobre a revolução de 1848. Não. *Uma tal organização* não é realizável sem o prévio aniquilamento da máquina governamental existente. Essa é a resposta que rebate também às posições que correntes e teóricos defendem contra Lênin. O Estado burguês não pode sobreviver se o objetivo é construir o socialismo. Sua preservação seria, ao contrário, o aniquilamento gradual, o *desvanecimento* da revolução. O Estado burguês, no processo revolucionário, não pode ser reformado. Isto não é viável, seja pelos seus meios e seus agentes, seja pelo sentido mesmo, a

---

<sup>3</sup> Sua preocupação em caracterizar o Estado proletário como algo que tem elementos do Estado como ditadura (centralização e posicionamento de classe), mas ao mesmo tempo se diferencia da proposta de Estado da burguesia, o faz cunhar a expressão *semi-Estado*: “o que se vai extinguindo, depois dessa revolução, é o Estado proletário ou semi-Estado” (Lênin, 1980, p. 13). Ele não retorna à expressão para dar a ela o status de um conceito, mas nos permite melhor entendê-lo no desenvolvimento teórico e empírico do Estado soviético, enquanto ele vivo, até 1924.



atmosfera, como disse anteriormente Lênin, que se criou e que ambienta o trabalho do exército de funcionários, a burocracia. Seja, em outras palavras, por sua estrutura, seus elementos constitutivos. É preciso trocar os sinais, inverter a situação invertida, colocar de cabeça para cima a organização da sociedade, tornar público o poder público. Significa destituir os destacamentos, desfazer os privilégios, acabar com o estranhamento, reverter a posição em que o aparelho do Estado se coloca separado, destacado, e acima da sociedade. Este é ao mesmo tempo o Estado necessário à revolução e a revolução que fará o Estado desvanecer.

##### 5. A desconstrução do Estado como parte do projeto socialista

“Por que coisa o proletariado a substituirá?”, indaga Lênin (1980, p. 23) sobre a máquina do Estado burguês a ser substituída. Segundo ele, “a Comuna de Paris forneceu-nos a esse respeito os elementos mais instrutivos” (Ibid.). Sua resposta é a reafirmação da necessidade da luta de classes se prolongar, em movimento acelerado de retirada das paredes e colunas do velho edifício burguês; até a edificação paulatina do novo, pedra sobre pedra. Em suas palavras “o Estado dessa época deve ser, pois, um Estado democrático (para os proletários e os não-possuidores em geral) inovador e um Estado ditatorial (contra a burguesia) igualmente inovador” (Ibid, p. 25).

A inovação que Lênin vai propor contém a dialética do Estado necessário que precisa no entanto desvanecer. Não é, como já se pode depreender, uma aventura idealista. Como diz:

Não se trata de aniquilar o funcionalismo de um golpe, totalmente e por toda parte. Isso seria utopia [...] Não somos utópicos. Nós não sonhamos com dispensar bruscamente, de um dia para o outro, todo e qualquer governo, toda e qualquer subordinação. Isso são sonhos anarquistas resultantes da incompreensão do papel da ditadura do proletariado, sonhos que nada têm de comum com o marxismo e que, na realidade, só servem para adiar a revolução socialista até que os homens sejam de outra essência. Não, nós queremos a revolução socialista com os homens tais como são hoje, não podendo dispensar nem a subordinação, nem o controle, nem os contramestres e guarda-livros. (Lênin, 1980, p. 35).

Sua ditadura principia, evidentemente, pela destruição da força policial e militar do Estado burguês, porque é sobre ela que se apoia, desde o primórdio, a classe dominante. Mas ele não propõe que, uma vez seja o proletariado a classe dominante, se constitua uma polícia e um exército do proletariado, destacado, mas que o proletariado seja o seu próprio exército. Esse é um Estado ditatorial inovador. Este é o exemplo mais claro do que significa um Estado cuja função é ao mesmo tempo destruir as resistências

da classe até então dominante, não para se fazer uma nova classe, mas para extinguir todas as classes.

Em abril de 1917, ele já propunha, no Congresso dos operários e camponeses, “impedir o restabelecimento da polícia [...] impedir o restabelecimento de um exército permanente [...] democracia desde baixo [...] sem polícia e sem exército permanente. Serviço social de uma milícia integrada por todo o povo em armas” (Lênin, 1978, p.12/13). Em janeiro de 1918, o Pravda e o Izvestia publicaram a Declaração dos Direitos do povo trabalhador e explorado, em que “se decreta o armamento dos trabalhadores, a formação de um Exército Vermelho socialista de operários e camponeses” (Lênin, 1978, p. 76). Em julho daquele ano, Lênin se dirige ao Congresso dos presidentes de soviets provinciais para, dentre outras coisas, impulsionar à ação militar dos operários e camponeses na defesa da revolução ameaçada

Das localidades nos chegam notícias de que as derrotas, que tem sofrido nos últimos tempos a Rússia Soviética, estão convencendo por experiência própria aos operários e aos camponeses revolucionários de que, além do controle, além da organização do Estado, é necessário também o controle nos assuntos militares. [...] Estou seguro de que os comitês executivos provinciais, organizando com a ajuda dos camponeses o controle sobre os comandos, criarão um poderoso exército socialista. Os ensinamentos da revolução têm feito ver por fim aos operários e aos camponeses explorados a necessidade de empunhar as armas. Além de haver conquistado a terra, o controle, etc, os camponeses e os operários têm adquirido consciência da necessidade de dirigir o exército. Orientando seu trabalho na esfera militar, conseguirão que o exército formado por eles mereça plenamente o qualificativo de socialista e lute com êxito contra a burguesia contrarrevolucionária e os imperialistas, até o momento em que venha em nossa ajuda o proletariado revolucionário internacional (Lênin, 1978, p. 115/116).

Tal qual se havia de fazer com a força armada, o todo da administração pública deveria igualmente ser passo a passo assumido pelos trabalhadores. Em suas palavras:

O princípio democrático de organização – na forma superior em que os Soviets aplicam as propostas e exigências de participação ativa das massas, não só nas discussões das regras, disposições e leis gerais, não só no controle de seu cumprimento, mas também diretamente em seu cumprimento – significa que cada membro da massa, dada cidadão, deve ser colocado em condições que o permitam participar da discussão das leis do Estado, na eleição de seus representantes e no cumprimento das leis estatais (Lênin, 1978, p. 91).

Consciente e absolutamente honesto no enfrentamento dos problemas da revolução, Lênin, às vezes revelando uma certa angústia, identifica duas limitações para viabilizar essa repetida disposição de construir um aparelho público controlado pelos trabalhadores e a seu serviço - melhor dizendo, com o seu próprio serviço:

1. Limitações do conhecimento
2. Limitações ideológicas

Em relação às primeiras, diz ele:

Não somos utopistas. Sabemos que qualquer pião e qualquer cozinheira são incapazes de assumir agora mesmo a governança do Estado. Nisso estamos de acordo com os democonstitucionalistas, com Breshkóvkayia e com Tsereteli. Mas nós nos diferenciamos desses cidadãos quando exigimos romper sem demora com o pressuposto de que só os ricos ou funcionários procedentes de famílias ricas podem governar o Estado, efetuar o trabalho cotidiano de administração. Nós exigimos que a aprendizagem da administração do Estado fique a cargo de operários e soldados conscientes e que se empreenda sem demora, isto é, se comece imediatamente a fazer participar neste aprendizado a todos os trabalhadores, a toda população pobre (Lênin, 1978, p. 47).

Tratando das limitações ideológicas, Lênin revela mais preocupações, porém a inabalável confiança em que a revolução, as grandes massas em movimento, mais uma vez superarão as barreiras historicamente criadas. Falando ao III Congresso dos Soviets de deputados operários, soldados e camponeses de toda a Rússia, em janeiro de 1918, ele explica:

Os operários e camponeses não tem entretanto confiança suficiente em suas próprias forças, estão demasiado habituados, em consequência de tradição secular, a esperar indicações do que estão encima. Não se tem acostumado ainda por inteiro a que o proletariado é a classe dominante; entre eles há elementos atemorizados e deprimidos, que imaginam que devem passar pelas abomináveis escolas da burguesia. Este preconceito burguês, o mais repulsivo de todos, e o que mais se tem mantido, porém já está desaparecendo e desaparecerá definitivamente. Estamos convencidos de que cada passo do Poder soviético destacará em crescente número homens e mulheres livres por completo do velho preconceito burguês de que o operário e o camponês simples não podem administrar o Estado. Podem e aprenderão a fazê-lo, se se dispuserem a isto” (Lênin, 1978, p. 82).

Para isto, “a tarefa de organização consistirá precisamente em promover dirigentes e organizadores entre as massas populares”(Ibid., p. 83) e em paralelo

“incorporar os ‘especialistas’ à gestão pública ao lado dos operários e inspecionar seu trabalho” (Ibid., p. 150).

Estas orientações dadas em janeiro de 1918, no exercício do poder, já haviam sido referidas em abril de 1917, quando, listando suas proposições, em fala ao Congresso de deputados camponeses, defende: “ensinar a arte de dirigir o Estado ao povo, às suas camadas mais baixas, não só por métodos livrescos, mas sim passando imediatamente e por toda a parte à prática, à aplicação da experiência das massas” (Ibid., p. 13).

Em carta à Conferência de organizações proletárias de cultura e instrução política, em setembro de 1918, ele voltará ao assunto, como fará outra vezes:

Todos nossos êxitos se devem a que os operários tenham compreendido e tenham posto mãos à obra de governar o Estado através de seus Soviets. Porém os operários não têm compreendido o bastante e com frequência são excessivamente tímidos na promoção de operários para governar o Estado. Lutar por este objetivo, camaradas. Que as organizações proletárias de cultura e instrução política contribuam para isto. Nisto está a garantia de novos êxitos e da vitória definitiva da revolução socialista

Trata-se de “empreender o trabalho de organização do **povo mesmo** (grifo de Lênin) e não exclusivamente dos politiqueiros burgueses e funcionários com ‘postinhos lucrativos’ (Ibid., p. 9). Nas “Tarefas do proletariado na presente revolução”, bem anteriormente à tomada do poder, ele já havia defendido, o que repetirá por todos os anos seguintes, que se tornava necessária a supressão da burocracia. Como vimos anteriormente, não se tratava de extinguir o trabalho de controle e contabilidade, os trabalhos administrativos – não se pode “dispensar nem a subordinação, nem o controle, nem os contramestres e guarda-livros” (Lênin, 1980, p. 35). Significa, entretanto, que esses trabalhos devem ser tomados em mãos pelos operários e camponeses, “todos eles elegíveis e removíveis a qualquer momento” e cuja remuneração “não deverá exceder o salário médio de um operário qualificado” (Lênin, 1978, p. 5), a exemplo da Comuna de Paris, a grande referência do Estado proletário, para Marx, Engels e Lênin. Neste sentido, é necessário mobilizar os “especialistas”, os intelectuais orgânicos, os operários cultos, os professores para “ensinar a arte de dirigir o Estado ao povo”.

Em discurso no VII Congresso Extraordinário do Partido Comunista, em março de 1918, ele vai dizer que

O poder soviético é um novo tipo de Estado sem burocracia, sem polícia, sem exército permanente, no que a democracia burguesa é substituída por uma nova democracia: a democracia que põe em primeiro plano a vanguarda das massas trabalhadoras, convertendo-a em legislador, executor e protetor militar (Ibid., p. 85).

É nesse mesmo encontro, com seus camaradas bolcheviques, uma vez já no poder, que ele vai expressar o que subsiste nessa convicção e nesse empenho pela incorporação das massas populares na administração do Estado, o *porque* mais profundo de sua determinação em defender a participação popular na condução do aparelho público: “para nós é importante incorporar todos os trabalhadores, sem exceção, à administração pública do Estado. Esta tarefa oferece dificuldades gigantescas. Porém a minoria, **o Partido, não pode implantar o socialismo** (grifo nosso). Poderão implantá-lo dezenas de milhões de seres quando aprenderem a fazê-lo eles mesmos” (Ibid., p. 87).

Um ano depois, exatamente no dia 8 de março de 1919, dia internacional da mulher, Lênin envia um bilhete a Stalin, naquele momento acumulando o Comissariado das Nacionalidades com o Comissariado do Povo de Controle do Estado:

Creio que no decreto sobre o controle deve agregar-se: 1. Fundar um organismo central (e organismos locais) de participação operária; 2. Por em vigor mediante a lei a participação regular de participação regular de pais da população proletária, dois terços dos quais deverão ser sem falta mulheres; 3. Por em primeiro plano no ato, como tarefas imediatas: a) inspecções volantes para comprovar as queixas dos cidadãos; b) luta contra a papelada (burocrática); c) medidas revolucionárias de luta contra os abusos e a papelada; d) atenção especial ao aumento da produtividade do trabalho e e) aumento da quantidade de produtos (Lênin, 1978, p. 160/161).

A chave para estas e outras participações na gestão do Estado, tantas vezes referidas, são os soviets, os conselhos de trabalhadores, de operários, de soldados, de marinheiros, de camponeses que ele queria ver em todos os espaços da administração pública.

O caráter democrático e socialista do poder soviético se manifesta [...] quando os Soviets concentram em suas mãos não só o poder legislativo e o controle do cumprimento das leis, mas também a aplicação prática destas leis por condução de todos os membros dos Soviets a fim de que absolutamente toda a população trabalhadora passe de modo gradual a desempenhar as funções legislativas e de administração pública (Lênin, 1978, p. 111).

É este Estado proletário, em que os *destacamentos* do aparato estatal – militar, judiciário, legislativo, burocrático no sentido estrito do funcionalismo e em todos os sentidos da máquina do Estado – são substituídos pela população trabalhadora; é este *semi-Estado* que desvanecerá.

Nas palavras de Lênin, já então dirigidas ao I Congresso da Internacional Comunista, a III Internacional Comunista, em março de 1919,

a destruição do poder do Estado é um fim que se colocaram todos os socialistas, entre eles, e a frente deles, Marx. A verdadeira democracia, isto é, a igualdade e a liberdade, é irrealizável se não se alcança esse fim. Porém a ele só leva praticamente a democracia soviética, ou proletária, pois, ao fazer que as organizações de massa dos trabalhadores participem com caráter permanente e inevitável na gestão pública, começa a preparar em seguida a extinção completa de todo Estado.

### Conclusões

Para Lênin, a burocracia é uma parte, aquela constituída pelo funcionalismo civil, que compõe com a polícia e o exército permanente o “aparato do Estado”. Estado e burocracia são inseparáveis, no conceito leninista. A burocracia se investia da permanência, da inamovibilidade, da certeza de contar com a impunidade, do sentimento de superioridade em relação ao povo, tal qual o exército permanente. Esta é uma analogia forte feita por Lênin e que se repete ao longo de seus textos e discursos. Esse funcionalismo é várias vezes equiparado ao exército permanente. É, não sem ironia, chamado por Lênin de “exército de funcionários”. Está destacado do povo, coloca-se acima dele, se beneficia de privilégios, se arroga conhecimentos especiais e controla as atividades da máquina administrativa do Estado – a serviço da classe dominante.

Este último aspecto, digamos, é mais que um aspecto, é na verdade a essência da burocracia. Assim como Marx faz a crítica de Hegel e de sua filosofia do direito por tomar como essência a aparência do Estado, supondo-o universal, também a burocracia é tomada como autônoma, mas isto é apenas sua aparência. Essencialmente a burocracia, tal como todo o aparato do Estado, está a serviço dos proprietários de terras e dos meios de produção. Sua atuação é determinada pelos interesses dos que são a sua

referência, responsáveis por suas nomeações e manutenção nos seus cargos e nos seus privilégios. É uma metonímia do Estado, a parte que contém o todo do “comitê político dos interesses comuns da classe dominante”. Como dissemos, ele não ignora as contradições dessa máquina estatal, as excepcionalidades, mas não subordina a totalidade à particularidade, antes, o contrário.

Ao enfrentar o debate com os mencheviques, democonstitucionalistas, Plekhanov e Kautsky acerca do Estado, mas principalmente ao se preparar para assumir o poder em insurreição que já se planejava desde abril de 1917, Lênin foi levado a ter que

- a. Defender a tese marxista do caráter ditatorial da democracia burguesa
- b. Rejeitar a ideia de assenhorear-se da máquina estatal existente e apenas reformá-la
- c. Contestar a proposta anarquista da abolição imediata do Estado
- d. Elaborar a arquitetura sugerida por Marx e inspirada na Comuna de Paris de um Estado proletário capaz de cumprir as duas tarefas, dialeticamente totalizadas - construir um Estado que promova o desvanecimento do Estado.

Convencido de que as massas do povo podem e devem assumir o projeto de uma nova democracia, a democracia socialista, e só com a sua assumpção esse projeto terá existência – “a minoria, o Partido não pode implantar o socialismo” - claramente referido na experiência dos *comunards* franceses, ele defende repetida e incansavelmente a transferência das funções públicas para os operários, camponeses e soldados. Desde as funções militares, até as funções dos “especialistas” da gestão pública.

Sua forma para isto são os soviets, os conselhos populares que se multiplicam pela Rússia para viabilizar essa inversão da inversão em que consiste a proposta do Estado proletário.

Sua dialética é concreta: a máquina estatal, construída pela classe dominante para impor ao povo trabalhador a exploração e a dominação física e mental, ao se transferir para esse povo só terá sentido até o momento em que as últimas resistências a uma nova sociedade forem dobradas. Depois disto, o poder político que o Estado

representava perde a razão de existir. Entra em uma nova história, a história real da humanidade, em que a política dá lugar a *administración das coisas*.

Ao acompanhar as diversas intervenções de Lênin, defendendo a participação popular – em rigor, mais que isto: a ascensão do povo diretamente ao poder – ao imaginar sua cruzada por toda a Rússia inspirando confiança naquela proposta que rompia com um passado secular, é inevitável a indagação sobre o quanto o papel do indivíduo na história teve relevo na trajetória da revolução soviética. E o quanto a sua ausência, a ausência tão precoce de Lênin, terá pesado.

Ainda que saibamos, como o próprio Lênin disse várias vezes, que a revolução é uma tarefa de milhões, pensamos que as perdas de lideranças lúcidas, experientes e consistentes teoricamente, perdas que se deram ainda no albor da revolução – os anos 1930 – talvez expliquem as dificuldades do Estado proletário cumprir com o seu papel de ir além da ditadura do proletariado.

#### Referências bibliográficas

Credit Suisse (2015). [Global Wealth Databook 2015 - Publications - Credit Suisse](https://www.credit-suisse.com/is/en/about-us/.../publications.html).  
<https://www.credit-suisse.com/is/en/about-us/.../publications.html>

Engels, F. (1978). A origem da família, da propriedade e do Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Hilferding, R. (1985). O capital financeiro. São Paulo: Nova Cultural.

Gramsci, A. (1968). Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Hobbes, T. (1979). O Leviatã. São Paulo: Editora Abril Cultural.

Kondratiev, N. D. (1979) The long waves in economic life. The Review of Economics and Statistics, v. II, n. 4, Spring.

Lenin, V. I. (1980). O Estado e a revolução. In: Lênin, V. Obras escolhidas, vol. 2. São Paulo: Alfa-Ômega.

Lênin, V. (1978). Acerca de la incorporación de las masas a la administración del Estado. Moscú: Editorial Progreso. Todas as passagens citadas são de livre tradução do autor desse capítulo.



Marx, K. (2010). *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo.

Marx, K. e Engels, F. (1982). *Manifesto Comunista*. In: *Textos*, vol. III. São Paulo: Edições Sociais/Editora Alfa-Omega.

Locke, John. (1979). *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo: Editora Abril Cultural.

Morel, B-A. (2008). *Tratado das degenerescências na espécie humana*. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, vol. 3, São Paulo.

Reed, J. (2010). *Os dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Penguin Companhia.

Weber, M. (2009). *Economia e sociedade*. Brasília: Editora UnB, vol. 2.

Zizek, S. (1996). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.